

LEI HENRY BOREL

1ª edição: Impressões iniciais

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Nessa obra, apresentaremos as **primeiras impressões** acerca da **Lei Henry Borel** que, além de criar mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra criança e adolescente, altera diversos dispositivos legais, envolvendo a temática.

SUMÁRIO

Prólogo da Lei	
1. Tutela constitucional	05
2. Tratados internacionais	05
Capítulo I - Da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	05
1. Origem das definições	05
2. Âmbitos de configuração da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	06
3. Formas de violência	06
4. Violação dos direitos humanos	06
5. Estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	07
6. Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	07
Capítulo II - Da assistência à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar	07
Capítulo III - Do atendimento pela autoridade policial	08
1. Atribuição para o atendimento	08
2. Oitiva especializada	08
3. Providências específicas	08
4. Afastamento do agressor do lar	09
Capítulo IV - Dos procedimentos	09
Seção I - Das Medidas Protetivas de Urgência	09
1. Regramento da decretação da MPU	10
2. Prisão preventiva	10
3. Notificação do responsável legal	11
4. Registro da MPU	11
Seção II - Das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor	11
1. Esclarecimento inicial	12
2. Rol de MPU que obrigam o agressor	12
3. Atecnia legislativa	12
4. Suspensão da posse ou a restrição do porte de armas	12
5. Comparecimento a programas de recuperação e reeducação	12
6. Medidas complementares	12
Seção III - Das medidas protetivas de urgência à vítima	12
1. Rol de MPU à vítima	13
2. Provocação para a propositura da ação cautelar de antecipação de produção de prova	13
3. Medidas complementares	13
Capítulo V - Do Ministério Público	13
Capítulo VI - Da proteção ao noticiante ou denunciante de violência doméstica e familiar	13
1. “Delactio criminis” compulsória	14
2. Proteção e compensação do noticiante ou denunciante	14
Capítulo VII - Dos crimes	14
Descumprimento de decisão judicial que defere medida protetiva de urgência	14
1. Objetividade jurídica	14
2. Objeto material	14
3. Sujeitos da infração penal	14
4. Tipo objetivo	15
5. Elemento subjetivo	15
6. Consumação	15
7. Tentativa	15
8. Competência para arbitramento de fiança	16
9. Ação penal	16
10. Incidência da Lei 9.099/95	16
11. Classificação jurídica	17

Omissão de comunicação	17
1. Objetividade jurídica	17
2. Objeto material	17
3. Sujeitos da infração penal	17
4. Tipo objetivo	18
4.1 Tipo básico	18
4.2 Tipos circunstanciados	18
5. Elemento subjetivo	18
6. Consumação	19
7. Tentativa	19
8. Ação penal	19
9. Classificação jurídica	19
Capítulo VIII - Disposições finais	19
1. Homenagens póstumas	19
2. Alteração na Lei 13.431/2017	19
3. Alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente	19
4. Alteração na Lei de Execução Penal	21
5. Alterações no Código Penal	21
5.1 Ampliação da hipótese de termo <i>a quo</i> da prescrição	21
5.2 Alterações no tipo de homicídio	21
5.2.1 Homicídio qualificado	21
5.2.2 Homicídio circunstanciado	21
5.2.3 Revogação de majorante do feminicídio	22
5.3 Alteração nas majorante dos crimes contra a honra	22
6. Alteração na Lei dos Crimes Hediondos	22
7. Aplicação subsidiária de outros diplomas legais	22
8. Publicação, <i>vacatio legis</i> e vigência da lei	23
Obras consultadas e/ou citadas	24